

**COLEÇÃO
ESTANTE DE LÍNGUA
PORTUGUESA**

2ª Edição

Coleção Estante de Língua Portuguesa

DISPERSOS

J. Mattoso Câmara Jr.

EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

001-425-003/Cr\$

COLEÇÃO ESTANTE DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIREÇÃO DE ROCHA LIMA

Catedrático
do
Colégio Pedro II

SÉRIE DISPERSOS N.º 1

**DISPERSOS
DE
J. MATTOSO
CÂMARA JR.**

**SELEÇÃO E INTRODUÇÃO POR
CARLOS EDUARDO FALCÃO UCHÔA**

**Professor de Linguística da
Universidade Federal Fluminense**

**FGV — INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO
EDITORA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
RIO DE JANEIRO — RJ — BRASIL — 1975**

Direitos reservados desta edição da Fundação Getulio Vargas,
Praia de Botafogo, 188, Rio de Janeiro, RJ, CP 9052, ZC-02.
É vedada a reprodução total ou parcial desta obra.

1ª edição 1972

2ª edição 1975

© Copyright de Irene Mattoso Câmara

Mattoso Câmara, Joaquim.

Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro, Ed. da Fundação Getulio Vargas. 1975.

xlv, 273 p. 21 cm (Coleção estante de língua portuguesa. Ser. dispersos, n. 1).

Inclui bibliografia.

1. Língua portuguesa — Gramática — Coletânea. I. Uchôa, Carlos Eduardo Falcão, *comp.* II. Fundação Getulio Vargas, *Rio de Janeiro.* III. Série. IV. Título.

CDD. 469.5081
CDU. 469.0-15(081)

FGV — Instituto de Documentação. Diretor: Benedicto Silva.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Chefe: Carlos Maurício Junqueira Ayres; Coordenação editorial: Robson Achiamé Fernandes; Supervisão gráfica: Ari de Araújo Viana; capa de N. Medina; composto no IBGE e impresso na Editora Vozes Ltda.

NO LIMIAR

Ao elegermos este volume para iniciar a série "Dispersos" da coleção ESTANTE DE LÍNGUA PORTUGUESA da Fundação Getúlio Vargas, foi nosso propósito homenagear a quem se consagrou, por todos os títulos, como o introdutor da Lingüística Moderna em nosso país: o Professor Joaquim Mattoso Câmara Júnior, recentemente falecido.

De sua vida e de sua obra ler-se-á aqui substancioso estudo, realizado, com devoção e competência, pelo Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa, a quem escolhemos para selecionar os textos, proceder ao levantamento bibliográfico e redigir a nota introdutória onde se analisa a posição dos trabalhos do ilustre lingüista nos quadros da cultura universitária brasileira.

Mui de intuito, não se reúnem no presente livro artigos exclusivamente dedicados a teoria lingüística geral; mas sim (e em maioria) artigos que versam matéria específica de língua portuguesa — o que, sobre melhor se compadecer com a finalidade desta coleção, põe em relevo o grande papel desempenhado por esse Autor em nosso meio, o qual consistiu precisamente em renovar a orientação doutrinária e metodológica dos estudos gramaticais do idioma nacional.

A tarefa, que se propusera, de contribuir, com os seus profundos conhecimentos de Lingüística Moderna, para a compreensão estrutural e funcional da língua portuguesa, deixou-a plena e fecundamente realizada — haja vista a larga

influência que a sua pregação exerceu, e continua a exercer, nos livros didáticos, nas diretrizes do ensino escolar e na modificação da mentalidade do professorado.

Pela projeção internacional do seu nome e por sua ação norteadora fronteiras dentro do Brasil, Mattoso Câmara representa um alto momento de nossa vida intelectual.

Rocha Lima



Joaquim Mattoso Câmara Jr.
Abril de 1904
Fevereiro de 1970

25-1-1934 (quinta-feira).

PEQUENAS LIÇÕES DE PORTUGUEZ

Alguns exemplos ex- pressivos

De um ilustre professor cathe-
drático de português, recebemos a
seguinte carta:

" Sr. Redactor: — Entre os ec-
transeirantes que pululam na
nossa língua escripta, soboleva
no estilo burocrático o vocabulo
memorandum, que melhor fóra, a
exemplo de Morellano, a portugue-
zar para *memoranda*, plural *me-
morandos*; e, em apenas estender a
essa acção vocabular moder-
na o processo de adaptação por
que a língua portuguesa assimilou
os innumerables vocabulos latinos
terminados em *-um*. A forma
peregrina obriga a um plural re-
barbatico em *-a*, *memoranda*,
vogal que para o instincto lin-
guistico portuguez corresponde do
preferencia a negão de feminino
(como já correspondia para os
nomes antepassados moçavianos que
de *folia*, plural de *folium*, ou de lé-
genda, plural de *legendum* fize-
ram os nomes singulares e femi-
ninos *folha*, *lenda*).

Não contentes com tudo, a
burocracia o direito de ser pedante
e rebarbativa e accelltemos com
resignação a grupo binario *memo-
randum*: *memoranda* tão distante
dos moldes da nossa lingua. Ao
journalismo, porém, não cabe a di-
reito de apressar-se do abuso e
applicar ao falgo num caso que
faria arrastar os cabelos dos
nossos bons letrados... se ainda
os honrosos do Brasil depois da
Escola Nova e da cultura em fun-
ção dos Trabalhos Menores.

Explicamos-nos:

Em introdução aos decretos e
leis é de hecitu allahar-se uma
serie de considerações justificati-
vas que começam pela forma
verbal *considerando*, mera e lanofen-
siva particípio presente, ou mel-
hor, gerundio, do verbo *considerar*
[em francez usa-se corres-
pondentemente o particípio *consi-
derant*]. Houve, porém, quem se
lembrou intempestivamente do
latinismo *memorandum* e, cioso dos
conhecimentos classicos que, não

teria, torceu um plural *consi-
deranda* para exprimir todo o grupo
das considerações a encobrirem
uma lei ou decreto.

O absurdo salta aos olhos. *Con-
siderando* é vocabulo portuguez;
prova-o a analyse logica mais per-
functoria e o cotejo com a forma
franceza. Substantivado, o que
é allis perfeitamente inutil desde
que ha o substantivo *consideração*,
só pode ter como plural *consi-
derandos*.

Um plural latino para um sin-
gular portuguez é coisa que aber-
ra, não direi do cense linguistico,
mas do simples bom senso.

Seria, de mais, um plural de con-
tinuando, pela razão evidente de
que o *considerando* portuguez,
tendo função adverbial, como
oração reducida temporal (isto é,
depois que considerou etc. e tal,
o chefe do governo, ou outra autori-
dade — *decreta...*), corresponde
ao latino *considerando*, pelo seu
alcançe syntactico, com plural
(como será capaz de informar o
meu chuco) *hacharel* em latim
por máda) *considerandis*. Em latim,
allis, dir-se-lhe na realidade
considerans, adjectivo em concor-
dancia com o nome do titulo da
autoridade que decreta, e o plural
seria então *considerantes*.

Nem se allegue que o plural
consideranda corresponde a um
substantivo singular *consideran-
dum*, presupposto pelo escriptor
e com o mesmo valor de *memo-
randum*. *Memorandum*, como to-
dos os nomes em unum, é de va-
lor obrigatorio e passivo, isto é,
quer dizer *aquillo que deve ser
lembrado*; *considerandum* seria
identicamente *aquillo que deve
ser considerado*, o que não daria
sentido, pois um substantivo no
caso só poderia exprimir *aquillo
que (a legislador) considerou*; isto
é só poderia exprimir o que
já exprime a palavra *considera-
ção*.

Lugo, a não usar *consideração*
— *considerações*, só se poderia di-
zer *considerando* e *considerandos*.

Grato pela publicação destas li-
ções, que, apenas sem em mira
chamar a attenção para um equi-
voco que desluzta a linguagem
dos nossos mais abalizados for-
naes, sou com sincera admiração,

(1) *Hist da Inquisição*, v. II, pp 46 e 48; Lisboa, 1907 (7.ª ed.).

(2) "... en 1773, dans le style de la phrase de l'abbé de Saint-Pierre, *Plan des considerants*, indique
par le passe est la morale, *commissaire de leurs comités*" (*L'annon. Littérature Française*, p. 452; 8.ª ed.).

Tem-se aqui o facsímile do 1.º artigo publicado de
Mattoso Câmara, sobre um latinismo da linguagem burocrática
(*Jornal do Brasil* de 25-1-1934).

SUMÁRIO

No limiar V

Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Câmara Jr. VII

A seleção dos dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr. XXI

Bibliografia de Joaquim Mattoso Câmara Jr. XXIII

PARTE I

Mattoso Câmara e os estudos de lingüística geral 1

1. Sobre a classificação das palavras 3
2. Morfologia e sintaxe 9
3. Crônica lingüística 15

PARTE II

Mattoso Câmara e os estudos de língua portuguesa 33

1. Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas no português do Rio de Janeiro 35
2. Ele como um acusativo no português do Brasil 47
3. Nomenclatura gramatical 55
4. Línguas européias de ultramar: o português do Brasil 71
5. A propósito de um vulgarismo do português do Brasil 89
6. Para o estudo descritivo dos verbos irregulares 95
7. Considerações sobre o gênero em português 115

PARTE III

Mattoso Câmara e os estudos estilísticos 131

1. Considerações sobre o estilo 133
2. Um caso de colocação 143

PARTE IV

Mattoso Câmara e a história lingüística 151

1. Otto Jespersen 153
2. Crônica lingüística 159
3. As idéias gramaticais de João Ribeiro 171
4. Said Ali e a língua portuguesa 185
5. Antenor Nascentes e a filologia brasileira 191
6. Os estudos de português no Brasil 197
7. Os congressos internacionais de lingüistas 233

PARTE V

Mattoso Câmara, a lingüística e a antropologia 249

1. Primeira reunião de antropologia 251
2. Língua e cultura 265

DISPERSOS
DE
J. MATTOSO
À
CÂMARA JR.

PARTE II

Mattoso Câmara

e

Os Estudos de Língua Portuguesa

LINGUAS EUROPÉIAS DE ULTRAMAR: O PORTUGUÊS DO BRASIL*

O Português do Brasil, como sucede com outras línguas européias levadas para outros continentes por uma colonização em massa, nos tempos modernos, envolve problemas técnicos de análise comparativa entre a língua transplantada e a sua congênera no *habitat* europeu.

Não se trata evidentemente de um fenômeno novo na história lingüística da humanidade, onde a transplantação de línguas, por movimentos migratórios, tem sido ao contrário a regra geral. Mas as condições sociais e lingüísticas do mundo moderno ocidental dão a essa transplantação um cunho novo e muito complexo. A associação do fenômeno presente com qualquer outro do passado não pode ser feita de maneira mecânica e simples.

Talvez o caso que mais se aproxime é o florescimento da língua grega fora da Grécia, nas colônias itálicas e da Ásia Menor. Temos, pelo menos, lá como cá o sentimento coletivo de uma unidade lingüística complementada pelo de uma unidade cultural. Mas o grego antigo foi um ideal lingüístico, que reunia num como que conceito abstrato dialetos muito diversificados, mesmo na língua literária. Não havia, antes da *koiné*

* Palestra pronunciada no Seminário Românico da Universidade de Bonn a 17 de maio de 1963 e publicada em texto alemão em *Archiv für das Studium der neueren Sprachen und Literaturen*, 200 (5), ano 115: 321-37, dez. 1963. — Transcrito da *Revista do Livro*, Rio, INL, 8 (27-28): 107-18, 1965.

do mundo helenístico, uma verdadeira norma lingüística geral, como a que estabelece num amplo território dado uma língua comum, considerada *standard*, ou "normal", em face da diversificação dialetal. Havia, dentro da Grécia, a norma ática, a dórica e assim por diante. A essa diversificação da metrópole não era difícil acrescentar-se a das colônias. A falta de unidade política, dentro de uma unidade abstrata nutrida pela cultura e interesses comuns, correspondia a falta de unidade lingüística, dentro de uma unidade abstrata também. Cada cidade grega, metropolitana ou colonial, era em princípio uma unidade em si mesma, a que cabia o direito de ter uma língua autônoma, dentro do mosaico lingüístico geral. Nunca na Grécia se apresentou a antinomia de uma língua metropolitana e outra fora da metrópole, como se apresenta para o inglês da Inglaterra e o da América do Norte e Austrália, ou entre o espanhol da Espanha e o da América espanhola, ou entre o português de Portugal e o do Brasil.

O traço político e social mais característico dos tempos modernos é talvez o desenvolvimento do nacionalismo na Europa, com Estados coesos e unitários. Essa coesão e unidade, como ideal social, se estendeu à língua, onde se criou uma norma estreitamente apoiada numa disciplina gramatical rígida, que procurou impor-se como a legítima língua nacional. A língua oral da corte cingiu-se a esse ideal, e a língua escrita, especialmente a literária, dele se tornou o modelo mais concreto. Nunca se estabeleceu de maneira tão nítida, numa comunidade lingüística, a ficção de uma língua estabilizada e fixa, recobrindo a diversificação dialetal e procurando dela não tomar conhecimento. O alemão e o italiano, ainda melhor do que o francês, o inglês, o espanhol e o português, exemplificam tal estado de coisas, pois num e noutro a língua dita "nacional" apresenta uma clara solução de continuidade com os múltiplos dialetos. Mas também naquelas outras línguas européias houve a superposição aos dialetos de uma língua "nacional", considerada a única "legítima".

Essa maneira de interpretar o fenômeno lingüístico e de conceituar a língua trouxe uma conseqüência importante quando, pela colonização de ultramar, se criaram fora da

Europa comunidades de língua europeia. A língua colonial era vista, da mesma sorte que os dialetos do território da metrópole, como modalidades espúrias de dizer, fruto e índice de ignorância e bruteza. Tanto na metrópole como nas colônias a língua *standard* é que se visava através da educação e do refinamento do trato social.

Sucedeu, porém, a independência dessas colônias. Os Estados Unidos da América, o Brasil, os países de língua espanhola da América latina e mesmo a Austrália e o Canadá (apesar da fórmula jurídica que os liga à metrópole inglesa) tornaram-se nações livres, politicamente colocadas no mesmo nível que as suas antigas mães pátrias. A conceituação lingüística, já estabelecida e acima apreciada, se coadunava muito mal com o novo estado de coisas.

Criou-se uma situação de certa perplexidade doutrinária em matéria de língua. Uma solução foi separar a língua do conjunto dos elementos culturais da nova nacionalidade e tentar manter para ela a norma metropolitana. No caso do Brasil, que é o que aqui nos interessa, foi essa em regra a atitude dos gramáticos e filólogos oficiais. Ela encontrou a sua mais viva e erudita expressão na figura de Mário Barreto nas primeiras décadas do nosso século. A ele se associou, na prática da língua literária, o orador e escritor político Rui Barbosa. Um e outro não tomavam conhecimento da unidade lingüística espontânea, que tendia a insinuar-se na língua escrita, rompendo a norma rígida em que ela se plasmara no período clássico. O resultado era certo artificialismo de expressão, que no caso de Rui Barbosa era facilitado pelo tipo de trabalho literário a que ele se dedicou: o discurso político e a dissertação jurídica, um e outra trazendo já em si certa parcela de convenção de linguagem.

Atitude oposta foi o esforço para estabelecer uma norma lingüística nova, fundamentada no uso geral do Brasil. É o que já se nota, pouco depois da Independência, nas idéias que manifesta o Visconde da Pedra Branca.¹ Mais tarde consubstanciou-se numa fórmula do filólogo e dicionarista Macedo Soares: "Já é tempo de escrevermos como se fala no Brasil e

¹ Num artigo em francês, divulgado por João Ribeiro em *A língua nacional*. São Paulo, 1933. p. 28-32.

não como se escreve em Portugal".² Na prática literária foi o que inspirou o romancista José de Alencar. Tal atitude não se manifesta, entretanto, de uma maneira muito lúcida e firme. Apresenta vários aspectos, que vão de um conservantismo elástico (como no nosso maior romancista, Machado de Assis) até um radicalismo extremo, pelo menos em teoria. Foi o que sustentou na segunda metade do século XIX um filólogo anônimo (com certeza José Jorge Paranhos da Silva)³ e um pouco depois Batista Caetano, ocultando-se sob as iniciais B.C.⁴ A solução doutrinária radical foi a tese da existência de uma "língua brasileira", distinta da portuguesa, que se encontra por exemplo na obra recente de Renato Mendonça.⁵ Procurou-se mesmo um fundamento causal nas idéias lingüísticas sobre "evolução" (bem assentes desde Schleicher) e noutras sobre a influência dos substratos lingüísticos, que Ascoli desenvolvera partindo da lingüística românica.

O princípio de uma evolução fatal e incoercível, que era o da ciência ortodoxa até os começos do século XX, foi utilizado pelo filólogo colombiano Rufino José Cuervo para proclamar a inevitável diferenciação do espanhol nas múltiplas nações latino-americanas, da mesma sorte que o latim se diferenciara nas línguas românicas.⁶ Ao lado dessa teoria evolucionista, também serviu no Brasil a teoria dos substratos para se insistir na influência das línguas indígenas e africanas, pelo contacto com os índios e com os negros que tinham sido importados como escravos.

Não é aqui ocasião de apreciar doutrinariamente esses dois princípios à luz da lingüística moderna, tanto mais que

² *Dicionário brasileiro da língua portuguesa (incompleto)*. Rio de Janeiro, 1888.

³ *O idioma do moderno Portugal comparado com o do Brasil*. Rio de Janeiro, 1879.

⁴ *Rascunhos sobre a gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, 1881.

⁵ *O português do Brasil, origens, evolução, tendências*. Rio de Janeiro, 1936.

⁶ Para a crítica à tese do Cuervo cf. AMADO, Alonso. *El problema de la lengua en América*. Madrid, 1935.

eles já não podem ser mantidos em sua forma inicial.⁷ Hoje consideramos a evolução lingüística tão intimamente ligada às condições sociais e culturais, que a tese de Cuervo já não é aceitável em seus termos estritos. No mundo moderno, em que línguas tipologicamente das mais diferentes tendem a se aproximar, como mostrou Meillet em seu estudo sobre *Les langues dans l'Europe nouvelle*,⁸ seria muito mais compreensível uma evolução em comum para as grandes linhas gerais do espanhol da Europa e do espanhol da América, e *mutatis mutandis* para o português dos dois lados do Atlântico.

No que respeita à influência de um substrato indígena e um substrato africano no português do Brasil, Oskar Nobile já há muito observou⁹ que não é possível encará-los dentro do conceito estrito de substrato lançado por Ascoli. É preciso antes de tudo ressaltar que em face da situação real no Brasil o problema foi formulado essencialmente em falso.

As línguas indígenas constituem um complexo conjunto de sistemas muito diversos tanto genética como tipologicamente, e até agora foram muito pouco estudadas e sempre de maneira muito defeituosa. De um modo geral, elas não influíram o português do Brasil *lato sensu* (a não ser em certos meios caboclos, que resultaram de uma mistura social e étnica em certos rincões sertanejos), porque foram substituídas no intercuro dos índios com os brancos por uma língua única — o chamado tupi, que era propriamente a língua da costa brasileira, da Bahia ao Rio de Janeiro, constituída de dialetos muito semelhantes. Em relação à influência lata de línguas indígenas nos meios caboclos a que me referi há pouco, ela pode se ter dado sob o aspecto de empréstimos. O empréstimo — diga-se de passagem — é o fenômeno real que os substratistas desconheciam com a sua teoria quase mística dos chamados substratos.¹⁰ Já no português comum brasileiro, a influência indígena do tupi em seus dialetos reais não pode ser levada em

⁷ Cf. do AUTOR. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro, 1959.

⁸ MEILLET. *Les langues dans l'Europe nouvelle*. Paris, 1928.

⁹ *Revue de Dialectologie Romane*, 3, 1911. p. 189-92.

¹⁰ Cf. *Princípios de lingüística geral*, cit., p. 335.

conta. Deles tiraram os Jesuítas um tanto pelo modelo ocidental uma língua de comunicação (a língua geral), que foi posta a serviço da catequese e passou a servir de meio de intercuro entre os indígenas e os brancos. Os guias e intérpretes indígenas, que eram tupis da costa, espalharam a língua geral no interior do país, ao mesmo tempo que ela era a língua usual nas Missões Jesuíticas. Indígenas das mais diversas proveniências étnicas e das mais diferentes línguas adotaram a língua geral no seu processo de aculturação. Ainda hoje ela se fala em certos pontos da Amazônia, sob um aspecto fortemente alterado, com o nome de *nheengatu* "a língua boa", como meio de comunicação entre os indígenas das mais diversas famílias étnicas e lingüísticas (principalmente Karib e Aruak) e os brancos, da mesma sorte que é usual em certos meios caboclos.

É essa língua geral, estudada nas gramáticas missionárias e na literatura de catequese, que os adeptos do substrato indígena conhecem e invocam para explicar fenômenos específicos do português do Brasil. Mas é claro que não se trata aqui da situação exata que tem servido de esteio a uma doutrina de substrato. A língua geral, como língua de intercuro, despojou-se de seus traços fonológicos e gramaticais mais típicos para se adaptar à consciência lingüística dos brancos e o português nela atuou assim, impressivamente, como "superstrato". É isso que explica a sua fácil difusão entre os brancos, de que temos testemunho em documentos coloniais. Ao contrário as línguas indígenas espontâneas são aí referidas como bárbaras e incôngruas e até incompreensíveis, sendo chamadas "tupi impuro", quando da família tupi, ou "tapuias", o nome tupi para "estrangeiro", "bárbaro", quando de outra família, como Jê, Karib, Aruak, etc.

Na verdade, o tupi missionário só trouxe para o português do Brasil empréstimos lexicais, que se adaptaram à fonologia e à gramática portuguesa. Nenhum fonema indígena entrou para o português do Brasil: nem o /i/ velar, que os Jesuítas escreveram como *y*, nem as consoantes pré-nasalizadas (/mb/, /nd/, etc.), que em posição inicial perderam a nasalidade e ficaram as consoantes orais portuguesas /b/, /d/, etc., e em posição intervocálica transpuseram a nasalidade para a

vogal precedente de que resultaram vogais nasais tais quais as portuguesas. Os nomes adotaram os finais, os morfemas de plural e feminino portugueses e os verbos entraram na nossa conjugação, cuja estrutura já servira de modelo artificial nos paradigmas de conjugação verbal das gramáticas missionárias. Nenhuma categoria ou flexão verbal tupi deixou vestígio no português do Brasil.

Em relação às línguas africanas a situação foi algo diferente. Os escravos negros adaptaram-se ao português sob a forma de um falar crioulo. Nos latifúndios, ou fazendas, da época colonial e do Império o contacto dos senhores brancos com seus escravos negros foi intenso e estreito. As crianças eram confiadas aos cuidados de amas escravas, as chamadas "mães-pretas", e devem ter tomado de início, sem sentir, elementos do português crioulo que elas usavam. Por aí se poderia explicar certas inovações e simplificações do português do Brasil em face do europeu. É claro, entretanto, que não se dariam mudanças fonológicas e gramaticais profundas sem correspondência com as próprias tendências estruturais da língua portuguesa. A respeito da invariabilidade do pronome *ele* (como sujeito e como acusativo), que alguém poderia ser tentado a explicar dessa maneira, eu já procurei mostrar alhures que se trata de uma inovação que estava prefigurada no sistema gramatical português e que no Brasil, em novas condições lingüísticas — estruturais e sociais —, encontrou um ambiente favorável para se desenvolver.¹¹

A tese implícita dos que apelam para o substrato indígena ou o africano é que, com isso, se teve uma nova língua no ambiente americano. Essa tese é evidentemente falsa. Nem as mudanças são de ordem a se poder falar numa mistura lingüística, nem se podem atribuir a tais substratos no sentido estrito do termo. A influência do português crioulo, de que em princípio não se pode abrir mão, só pode ser encarado como "um efeito de gatilho", para usar a expressão de Uriel Weinreich na sua doutrina sobre o contacto lingüístico.¹²

¹¹ *Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil. Miscelanea Homenaje a André Martinet.* Madrid, 1957. v. 1.

¹² *Languages in contact.* New York, 1953.

A própria evolução interna de uma língua, segregada noutra meio, pode determinar, entretanto, a formação de uma verdadeira língua nova. Não é outra a explicação geral para a criação de novas línguas através do tempo, como ramificações de uma língua tronco originária. Resta assim o problema de saber se as línguas européias, transplantadas por colonização, passaram, estão em via de passar, ou passarão fatalmente a novas línguas. Essa hipótese pode ser discutida em relação ao caso especial do português do Brasil, apesar das condições do mundo moderno, que aqui lembramos a propósito da tese de Rufino José Cuervo sobre o espanhol americano.

Um dos lingüistas modernos que mais se preocuparam com os problemas de sociologia lingüística decorrentes das condições políticas e sociais do mundo moderno, Antoine Meillet, pôs diante de si esse problema e procurou resolvê-lo na base do que poderíamos classificar como psicologia coletiva.¹³ Cada nação, segundo ele, tem "uma consciência lingüística coletiva", que estabelece "uma realidade social" de unidade lingüística em meio de uma diferenciação dialetal mesmo das mais profundas. Ora, nas línguas européias transplantadas, como o inglês da Austrália e da América do Norte, ou o espanhol ou o português na América Latina, continua a vigorar essa consciência lingüística coletiva e os falantes continuam a ter a intenção e o empenho de falar inglês, espanhol ou português. Daí se poderia afirmar, segundo ele, que o francês da Martinica, profundamente diferenciado como é, continua a ser francês, em unidade lata com o francês europeu.

Do ponto de vista de Meillet está, portanto, respondida negativamente a pergunta que há pouco formulamos a respeito de haver ou estar para haver uma língua brasileira, específica do ambiente americano. Nenhum falante brasileiro tem consciência de falar uma língua distinta em face do português europeu. A própria impressão de excentricidade que nele provoca a pronúncia do português europeu, as conotações que aí têm palavras comuns aos dois países, certos traços morfológicos do português europeu, certos tipos frasais especificamente europeus, prova que ele sente a comunidade de língua

¹³ *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, 1921. v. I.

e é sobre esse sentimento de unidade que os traços inusuais para ele ganham relevo de manchas inesperadas e chocam justamente porque era de esperar outra coisa. Não há, por exemplo, a mesma sensação em referência ao falante de língua inglesa, francesa ou espanhola. O caso do espanhol é precioso, para a nossa tese, pois o brasileiro acompanha e entende, de maneira geral, o que lhe é dito, aceitando a diferença lingüística como a natural conseqüência de se tratar de outra língua, ao passo que a diferença lingüística do português europeu o impressiona como uma excentricidade dentro da mesma língua. É, em última análise, a sensação também do brasileiro citadino ao ouvir falar um matuto ou de um homem de alto nível social em face de um falante de classe social muito inferior.

Em que pese, entretanto, a autoridade de Meillet, cuja obra em seus aspectos básicos o tempo e o progresso da ciência da linguagem ainda não envelheceram, a sua interpretação da unidade lingüística padece de um efeito essencial: o de transpor para fora da lingüística o problema de definir o objeto específico dessa ciência, qual é a língua. Na realidade, a solução de Meillet só está certa na medida em que essa chamada consciência coletiva de unidade lingüística resulta objetivamente da existência de tal unidade lingüisticamente considerada. Ela não explica a unidade lingüística, mas é antes um reflexo dessa unidade na mente dos falantes. A unidade, esta, tem de ser procurada na análise estrutural comparativa entre sistemas até certo ponto diferenciados.

Para tanto, é preciso reformular o problema da língua nacional, que o nacionalismo da Europa moderna estabeleceu em bases inexatas e algo artificiais. A língua é um organismo dinâmico, onde podemos dizer com Roman Jakobson que entram em conflito impulsos centrífugos e centrípetos.¹⁴ Uma língua nunca se acha fixada e não há língua unitária e rígida. Isso pode se estabelecer, até certo ponto e durante certo tempo, em alguns aspectos do fenômeno lingüístico, como é uma língua oral formalizada da corte, ou a língua escrita em suas modalidades mais importantes, como por exemplo a língua literária. Aí a disciplina gramatical dispõe regras e preceitos, à

¹⁴ *Selected writings*. S'Gravenhage, 1962. p. 284 e segs.

maneira do sânscrito de Pânini, e os que falam e escrevem, nas condições formalísticas próprias, se esforçam cuidadosamente por se cingir a umas e outros. A unidade rígida só é então conseguida porque se sai das condições normais do intercâmbio lingüístico, onde ao contrário o uso se automatiza por uma intuição imediata e não-refletida. A língua "fixada" perde assim o traço característico que, no dizer de Franz Boas a opõe a todos os outros fenômenos sociais, que afloram mais ou menos no campo da consciência individual.¹⁵

Fora dessas condições especiais não há unidade lingüística, rigorosamente dita, no que se chama uma língua. Ela se diversifica no espaço em dialetos, como se diversifica entre as camadas sociais de um dado lugar. Só o que justifica o conceito de língua comum é a presença de traços essenciais de estrutura na complexa rede de oposições de que resultam os valores lingüísticos. A própria inteligibilidade não é a pedra de toque. Há falta de inteligibilidade, relativa que seja, entre a fala de um matuto de Mato-Grosso e um cidadão do Rio de Janeiro, entre um camponês de Trás-os-Montes e um lisboeta ou um algarvio. As obras literárias regionais, que exploram no mundo moderno os falares regionais como objeto estético, e têm no Brasil uma aceitação larga, são em muitos pontos ininteligíveis a um leitor do Rio de Janeiro, quer se trate do dialeto caipira, como em Valdomiro Silveira, quer do dialeto gauchesco em Simões Lopes Neto.

Podemos dizer que a unidade lingüística está, em essência, na identidade das oposições fundamentais, quer de ordem fonológica, quer de ordem gramatical. Dentro de tais linhas mestras comuns, as forças centrífugas atuam para a redistribuição dos fonemas e morfemas, sem falar na diversidade lexical, que, esta, está estreitamente ligada ao pequeno âmbito bio-social em que a língua regionalmente funciona. Podemos ter uma idéia do que é uma língua em meio da sua diferenciação dialetal, se cotejarmos duas línguas muito semelhantes, como o português e o espanhol. Aí, diferenças básicas se afirmam no quadro dos fonemas, quer do ponto de vista diacrônico, no tratamento histórico do vocalismo e consonantismo latino, quer do

¹⁵ *Introduction. Handbook of American Indian languages.* Washington D. C., 1911. v. 1.

ponto de vista descritivo, onde o espanhol se apresenta com um quadro de cinco vogais, sempre orais, em sentido fonológico, sem a oposição entre vogal média fechada e vogal média aberta e sem as complexas neutralizações de posição átona, e com uma consoante velar fricativa, inteiramente estranha ao português, além dos sistemas de morfemas gramaticais, que são totalmente outros.

A diferenciação dialetal se estende por todo o território de Portugal e pelo Brasil afora. Mas seria um erro concebê-la como uma rede contínua, abrangendo o território europeu e o americano sem solução de continuidade. A língua está de tal modo ligada à sociedade e à cultura, que a diferenciação cultural e social entre a população européia e a congênera americana, desde a época em que uma representava a metrópole e a outra a colônia, determinou uma dicotomia linguística. Não é uma ficção falar num português americano, em bloco, em face do bloco do português europeu. Talvez o quadro mais exato da dialetologia portuguesa ampla, compreendendo um e outro lado do Atlântico, seja a de dois grandes dialetos, o lusitano e o brasileiro, que por sua vez se diferenciam numa multiplicidade de subdialetos.

Considerados em si, como usos linguísticos espontâneos, não se lhes pode negar o caráter de dialetos, e não de línguas distintas, visto haver aquela identidade de oposições fundamentais, fonológicas e gramaticais, a que há pouco nos referíamos e verificávamos não existir entre duas línguas distintas, muito semelhantes embora, como são o português e o espanhol.

A diferenciação entre os dois dialetos se dá essencialmente no quadro de uma superestrutura comum. Tal é no âmbito fonológico das sílabas átonas a presença, no português europeu, de modalidades vocálicas reduzidas, de que é o melhor exemplo o *e* neutro (na realidade um alofone). Outra lei fonológica é a que determina no português brasileiro uma oposição entre /e/ e /i/ ou /o/ e /u/ em ambiente átono, enquanto no português europeu essa oposição se esvai. Analogamente se encontra uma iotização do *e* átono final (em vez da sua redução a *e* neutro), e mesmo em regiões brasileiras em que se pronuncia aí um *e*, como de São Paulo para o sul,

figura uma verdadeira escala de *i*, que se vai abrindo até chegar a um *e*, mas nunca se apresenta uma vogal central indiferenciada, como é o *e* neutro do português lusitano. O tratamento das sílabas átonas no português europeu explica ainda os grupos consonantais violentos, por elisão da vogal, que tão impressionantemente se destacam da pronúncia brasileira, onde ao contrário até os grupos consonânticos de *muta cum muta*, proveniente do vocabulário grego e latino erudito, se resolve por suarabácti (*peneu, rítimo, adevogado*, etc.). É o que condiciona também a estrita ligação entre vocábulos do português europeu, em face de uma ligação mais frouxa no Brasil, onde *grandi amor, bela amada* se distinguem da enunciação lusitana *grand'amor, bel'amada*. A tendência a vocalizar o *l* pós-vocálico no Brasil, em contraste com um nítido *l* velar que em regra domina em Portugal, afeta mais profundamente o sistema fonológico, pois neutraliza oposições do tipo *alto* e *auto*, *polpa* e *poupa*, *vil* e *viu*, etc. Mas fenômenos desses são ocorrentes na dialeção de uma língua e ainda no Brasil a vocalização não se dá em todas as regiões. Trata-se de uma distinção fonológica secundária para a estruturação de uma língua em sua unidade ampla.

Na morfologia aparece uma distinção essencial na distribuição funcional dos pronomes pessoais no Brasil, como a já citada forma *ele*, que fica invariável no acusativo como no nominativo. Daí se segue uma eliminação espontânea da forma de acusativo *o* e suas variantes e uma reformulação de *lhe* como caso oblíquo geral para o ouvinte tratado na terceira pessoa (*me viu, te viu, lhe viu*). Ora, o português europeu arcaico praticou a invariabilidade de *ele* como recurso estilístico, o que prova que não se trata de um traço de profunda natureza estrutural.

Já em referência a outras inovações os dois grandes dialetos coincidem: a forma impessoal do verbo com a partícula *se* em significação passiva (*aluga-se casas*), a forma pessoal para o verbo existencial *haver* no pretérito imperfeito e também no futuro (*haviam homens, haverão dúvidas*) com a ressalva de que aqui o português do Brasil espontaneamente substituiu *ter* a *haver* (*na Bahia tem coco*), o que é um traço específico do português americano, mas continuando a substituição de *haver*

por *ter* que caracteriza o português em cotejo com as outras línguas românicas.

Aos leigos logo chama a atenção a colocação diferente de advérbios e pronomes átonos (Portugal: *Lá não vou*; Brasil: *Não vou lá*; Portugal: *Dê-mo*, que ouvi em Lisboa de uma criança de seis anos quando eu lhe oferecia um selo do Japão; Brasil: *Me dá isso*, com a substituição do indicativo *dá* ao conjuntivo em função imperativa *dê*). São igualmente sensíveis as diferenças de vocabulário, que podemos dividir em três tipos básicos: termos que só existem num dos países (*bonde* no Brasil para indicar um veículo urbano coletivo sobre trilhos; *cave* em Portugal para designar numa casa um pavimento abaixo do nível da rua); derivações diversas de uma raiz comum (*fichário* — *ficheiro*, *parada* — *paragem*, *bolsista* — *bolseiro* no sentido comum de *bolsa* que corresponde ao espanhol *beca*); empregos diversos de uma dada palavra (*bala* no Brasil para um bombom; *existência* em Portugal para o *stock* de mercadorias de uma casa comercial). O contraste de significação de um termo comum aos dois países pode despertar no leitor ou no ouvinte de um dos países uma violenta reação de estranheza. À esse propósito eu me lembro como me pareceu divertido no primeiro momento o anúncio de uma redução de preços num loja de roupas de Lisboa, proclamando “o desbarato total da existência” como se se tratasse de um cataclismo universal.

Tudo isso se refere à língua corrente, usual e falada. Mas também devemos voltar os olhos para a língua geral escrita e especialmente para a língua literária, onde a padronização não poucas vezes se afasta da realidade lingüística diária, e às vezes passa a influir sobre ela. Com isso retornamos à questão da norma lingüística, que em relação ao português do Brasil vimos ter provocado tanta perplexidade.

Vimos a solução de se manter na língua escrita e na literária a norma lingüística do português europeu em seu período clássico e de uma forma que no próprio Portugal, depois de Garrett e de Eça de Queirós está praticamente abandonada. Lá, apesar do país viver intensamente do passado, o espírito da cultura moderna impôs uma renovação de norma. No Brasil, que é um país voltado para o futuro, com uma

dinâmica social efervescente e vária, uma cultura em elaboração, nova e muito complexa, a solução classicista não podia evidentemente firmar-se. Havia, porém, um problema sério para impedir a cunhagem de uma língua escrita nova, inteiramente assente na língua oral. Esta é por demais diversificada e vária em sua rede dialetal e ainda lhe falta um centro catalizador para a elaboração de uma língua "standard", donde pudesse surgir a elaboração de uma língua escrita e literária *sui generis*. Ao contrário, a língua escrita, trazida no período colonial, é que constitui um traço de união no seccionamento dialetal do país. Abandoná-la correspondia a um salto no escuro. Daí o conservantismo, que em regra predominou na língua escrita e literária, e certa cisão entre ela e a língua coloquial. É o que logo salta aos olhos no ambiente brasileiro.

Limitemo-nos a duas discordâncias bastante marcadas — uma de ordem fonológica e outra de ordem gramatical.

A primeira se refere ao timbre da partícula *a* resultante da crase da preposição com o artigo. O português europeu apresenta aí um mecanismo fonológico firme. A crase de duas vogais átonas iguais, quer a baixa /a/, quer as médias /e/ e /o/, determina um timbre aberto, que opõe uma vogal baixa anterior, brilhante, a um xuá, abafado, de articulação central, ou um /e/ aberto a um *e* neutro (que é o normal nas posições átonas gerais), ou um /o/ aberto a um /u/ (com que se neutraliza em posição átona em geral a oposição /o/-/u/). Ora, no Brasil a língua oral não conhece vogal átona aberta: tem-se então sempre /e/ e /o/ fechados e um *a* abafado central, que é, por exemplo, o do artigo feminino, bem como o da preposição em crase ou não com o artigo. Mas a preposição, simples ou em crase com o artigo, recebe mais comumente um tratamento prosódico de subtônica, que é desconhecido em Portugal. A essa realidade brasileira, que levaria a língua escrita a não distinguir entre o artigo e a preposição, simples ou em crase com o artigo, ou, partindo da prosódia usual subtônica, da preposição em crase ou simples, a acentuar sempre graficamente a preposição, mesmo simples, em contraste com o artigo, a disciplina gramatical vigente impõe, ao contrário, a marcação européia: um acento grave na preposição

em crase com o artigo, o que indica em Portugal timbre aberto átono resultante de crase.

O outro exemplo é o do emprego de *ele* tanto para sujeito como para objeto. Como frisei alhures (na *Miscelanea Homenaje a André Martinet*, já citada), trata-se de um traço nítido do português coloquial do Brasil, que abandonou praticamente as formas de acusativo *o* e suas variantes de feminino e plural. Para mostrá-lo basta citar um exemplo de um sábio alemão radicado no Brasil, onde se dedicou à etnografia indígena: Curt Unkel, mais conhecido como Curt Nimuendaju, de acordo com o nome que lhe atribuíram os índios Apappokuva, do oeste de São Paulo, ao adotá-lo em sua tribo (*Nimuendaju* em tupi significa “aquele que veio morar entre nós”). Tendo ele aprendido português praticamente no intercurso oral, não a rigor com as massas populares mas com seus colegas antropólogos do Museu Nacional e do Serviço de Proteção aos Índios, Curt Nimuendaju, escrevendo em português, corrente e idiomático, usava desembaraçadamente *ele* como acusativo. Assim, citando o antigo explorador francês Castelneau, que fala do seu contacto com os indígenas da costa brasileira, traduz a frase francesa — “*Les indiens l'avaient enlevée très jeune encore*” — por — “Os índios tinham levado ela ainda em tenra idade”,¹⁶ sem se dar conta de que, de acordo com os cânones da disciplina gramatical, *la* em francês corresponde em português a *a* e não a *ela*. Ao contrário, não se encontra a aceitação desse traço coloquial em nenhum escritor brasileiro, a não ser em diálogo de estilo direto para frisar o baixo nível social do falante. É expressivo, nesse particular, como mostrei alhures, que seja esta a orientação de Mário de Andrade em seu romance *Macunaíma*, onde não obstante quis nos dar um espécime de língua literária brasileira autônoma e desvencilhada da disciplina portuguesa.

A cisão neste caso está muito nítida e sem indícios de compromisso sequer. Todo brasileiro culto, ao escrever, muda de ponto de vista, insensivelmente, quando emprega o pronome de terceira pessoa e passa a usar com toda a natu-

¹⁶ Sobre Nimuendaju cf. a minha monografia *A obra lingüística de Curt Nimuendaju*. Museu Nacional, 1959. (Publicações Avulsas, 29).

ralidade a forma acusativa *o, a, os, as*, que está praticamente banida da sua língua coloquial.

Já a questão da acentuação da partícula *a*, na língua escrita, se apresenta em condições diferentes. A realidade oral impõe-se ao indivíduo que escreve, e lhe é muito difícil seguir a regra decorrente da realidade oral do dialeto lusitano. Os "erros de crase" são freqüentíssimos na língua escrita brasileira. O professor mantém contra eles uma luta incessante e inglória, pois estão sempre a repontar nos melhores alunos. Há toda uma literatura didática sobre a crase, onde regras elaboradas e cerebrinas são engendradas para orientar quem escreve. A correção só é conseguida de maneira precária e por um esforço contínuo por parte do homem comum. Foi uma das corajosas inovações de José de Alencar, na sua língua literária, a de romper com a regra tradicional. A sua solução foi acentuar sempre a preposição *a*, quer simples, quer em crase com o artigo, em contraste com o artigo feminino simples. O motivo que o guiava, mas de que ele não se dava conta claramente, é a enunciação subtônica da preposição, simples ou em crase, a que já aqui me referi, pois a subtonicidade abre o timbre da vogal e a faz anterior e brilhante, enquanto o artigo simples se mantém sempre átono com o som abafado de um *xuá*. O exemplo de Alencar foi, entretanto, repellido, sem que se conseguisse impor definitivamente a norma lusitana.

Esses dois exemplos mostram dois aspectos distintos da língua escrita brasileira.

No caso de *ele* parece ter se firmado uma oposição entre língua escrita e língua oral coloquial, de maneira permanente. No caso da partícula *a*, ao contrário, é fácil perceber que a situação atual é precária e não subsistirá por muito tempo. Uma solução especificamente brasileira virá afinal, ao que tudo indica. Noutros setores gramaticais isso já sucedeu, aliás. Tal é o caso da construção verbal com os pronomes adverbiais átonos, onde a próclise (exceto para a partícula *se* como índice de impessoalidade ou passividade) é a regra geral no Brasil. Aqui ainda não se chegou a estabelecer na língua escrita as construções de frases independentes, depois de pausa de período, começando pelo pronome átono (o que é usual na língua coloquial). Mas já se estabilizou uma ligação sistemática

do pronome com o segundo verbo de uma locução verbal, dando ocasião a que se intercale um advérbio depois do primeiro verbo auxiliar mas antes do pronome adverbial átono, ligado à forma nominal do verbo principal: “tinham certamente me dito”, em vez de — “tinham-me certamente dito”, que é a construção normal em Portugal.

Chegamos assim à conclusão de que a questão do português do Brasil, em face do de Portugal, é complexa, e varia conforme nos referimos à língua oral espontânea ou à língua escrita, que por sua vez exerce influência sobre a língua oral formalística (onde, por exemplo, encontramos *o*, e não *ele*, como acusativo).

Para a língua coloquial oral, o que temos é uma rede de subdialetos, que se reúnem em dois grandes dialetos — o lusitano e o brasileiro. Para a língua escrita, trata-se de uma norma una, em princípio, entre Portugal e Brasil, mas que está se diferenciando no Brasil sob o influxo da língua coloquial oral. Daí não parece que irá resultar uma norma escrita exclusivamente brasileira (como é a tese de filólogos heterodoxos, desde Macedo Soares no passado até, no presente, Renato Mendonça). A solução está sendo um compromisso em que a língua escrita brasileira mantém apreciável ligação com a de Portugal, afirmando-se não obstante certa autonomia para não perder de todo o contacto com a realidade oral, e assim constitui uma espécie de ponte larga de trânsito comum entre os dois países.

É possível que me increpem a apresentação de um quadro muito cheio de nuances e gradações. Mas a língua não é por acaso o traço mais essencial e típico do ser humano? Que admirar então que, como o homem, o nosso idioma aqui nos apareça, na frase de Montaigne, “*ondoyant e divers*”?

OS DIFERENÇAS AS LÍNGUAS

Carlos Eduardo Falcão Uchôa, a quem foi confiada a preparação destes *Discursos* de J. Mattoso Câmara Jr., pertence à moderna geração de professores universitários, da qual muito espera o ensino superior em nosso país.

Nascido no Rio de Janeiro aos 12 de novembro de 1936, diplomou-se em Letras Clássicas pela então Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (em 1959), passando logo a ocupar lugar distinto no magistério superior, assim na própria Faculdade onde se formara, como no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense.

Voltado não só para o ensino de Língua Portuguesa mas também para o de Linguística Geral, veio a tornar-se regente desta última disciplina no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, onde também exerce a função de chefe do Departamento de Linguística e Filologia do Centro de Estudos Gerais. É professor de Portu-

guês do Colégio Pedro II.

Por ter funcionado como assistente do Professor Mattoso Câmara na antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, pôde acompanhar de perto a evolução do pensamento desse ilustre Mestre, a quem se ligou afetiva e culturalmente e cuja obra conhece como poucos.

A convite de centros universitários, o Professor Carlos Eduardo Falcão Uchôa tem realizado conferências em vários Estados e comparecido a congressos e seminários da especialidade. Representou o Brasil, na qualidade de delegado-suplente, junto à Associação de Linguística e Filologia da América Latina, e faz parte, como membro efetivo, da Associação Brasileira de Linguística.

Entre os numerosos artigos que escreveu, são de destacar as duas séries respectivamente intituladas: *Para uma Moderna Teoria Gramatical* e *A Função Linguística dos Sons Vocais*.